

CONFEDERAÇÃO SINDICAL INDEPENDENTE



PELO CRESCIMENTO E CRIAÇÃO DE EMPREGO

No âmbito da discussão do Orçamento Geral do Estado para 2018, a USI apresentou um conjunto de propostas que considera essenciais ao crescimento económico do país e à criação de riqueza e emprego.

O pacote de medidas incluía, entre outras, uma maior flexibilização de horários de trabalho e de creches e ensino pré-escolar com incentivos fiscais para as empresas que promovam essa flexibilidade, a criação de um programa específico de estímulo à contratação de desempregados de longa duração com mais de 40 anos, estímulos à criação líquida de postos de trabalho, alargamento dos prazos de vigência da contratação coletiva e revisão do Código de Trabalho, um alargamento do prazo de vigência do subsídio de desemprego para desempregados com mais de 50 anos e mais de 20 de carreira contributiva e o aumento mínimo no valor de 30 euros para todos os salários, vencimentos e pensões.

Refira-se que o documento com estas propostas, fruto do contributo dos associados da USI, foi entregue atempadamente ao Governo. A circunstância de não integrarmos a Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) do Conselho Económico e Social (CES) – porque alguns partidos insistem em proteger as centrais sindicais que tomam assento neste órgão – jamais nos impedirá de ser uma voz ativa na defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses!

Neste contexto, registre-se que, desde setembro último, a USI ocupa o lugar de vice-presidente da Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social (CES) da Região Autónoma da Madeira.

Para terminar, queria deixar-vos aqui a nota de que apresentámos ao Governo e aos Grupos Parlamentares as nossas recomendações para as alterações a introduzir ao Código de Trabalho, matéria em que também queremos estar envolvidos pelo superior interesse dos trabalhadores.

NESTA EDIÇÃO

- ✔ USI - UNIÃO DOS SINDICATOS INDEPENDENTES APRESENTA MEDIDAS PARA O ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2018
- ✔ DA REUNIÃO DA DIREÇÃO EXECUTIVA DO SICOMP, REALIZADA NO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2017
- ✔ SINDICATO NACIONAL DOS TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS
- ✔ A USI RECEBE O SITAS - SINDICATO INDEPENDENTE DOS TÉCNICOS AUXILIARES DE SAÚDE
- ✔ USI RECEBIDA PELA NOVA ADMINISTRAÇÃO DA CP – SETOR DOS TRANSPORTES FERROVIÁRIOS



USI UNIÃO DOS SINDICATOS INDEPENDENTES APRESENTA MEDIDAS PARA O ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2018

No dia 25 de setembro de 2017, realizou-se em Lisboa, a reunião da Comissão Executiva da USI, onde estiveram representados os sindicatos filiados representativos de vários setores de atividade, sendo aprovado por unanimidade um caderno de propostas para o OGE de 2018.

No passado dia 9 de outubro, o Presidente da Comissão Executiva, Paulo Marcos, promoveu um Encontro com os Órgãos de Comunicação Social, para anunciar publicamente estas decisões, que constam da nota de imprensa entregue e que se transcreve:

NOTA À IMPRENSA

A USI - União dos Sindicatos Independentes considera que o Orçamento de Estado para 2018 deverá contemplar um conjunto de medidas essenciais ao crescimento económico e à criação de emprego. O documento que agrega as 12 propostas desta confederação social será entregue oportunamente ao Governo.

Entre as propostas da USI, consta um novo modelo de governação das grandes empresas em Portugal, em linha com as melhores práticas europeias, que assente na co-gestão em todas as sociedades cotadas em bolsa ou públicas. Para Paulo Marcos, presidente da USI, «trabalhadores e acionistas podem prevenir a gestão executiva de efetuar investimentos em projetos de elevado risco, suscetíveis de maximizarem lucros de curto prazo». Para a confederação sindical, as empresas que adotem este sistema de co-gestão deverão usufruir de uma redução em sede de IRC de 0,1%.

A conciliação de trabalho e família é essencial para o aumento da produtividade e menor prevalência de doenças associadas ao stress. Nesse sentido, a USI defende uma maior flexibilização de horários de trabalho e de creches e ensino pré-escolar e uma diminuição de dias de trabalho (concentrando horas de trabalho em menos dias). As empresas que promovam este tipo de flexibilidade deverão ter uma diminuição de 1% da taxa normal de derrama.

No setor bancário, a USI propõe que uma fatia de 40% do montante arrecadado com a contribuição extraordinária (72, 8 milhões de euros) seja afeta a um Fundo Especial de Requalificação Profissional para os Bancários. Defende igualmente a criação de um programa específico de estímulo à contratação de desempregados de longa duração com mais de 40 anos, estímulos à criação líquida de postos de trabalho, alargamento dos prazos de vigência da contratação coletiva e revisão do Código de Trabalho.

SUBSÍDIO DE DESEMPREGO COGERIDO POR SINDICATOS SUBSCRITORES

À semelhança do que acontece nos países nórdicos, a USI propõe que o subsídio de desemprego, em setores abrangidos pela contratação coletiva, seja cogerido pelos sindicatos subscritores do Acordo Coletivo, em conjunto com o IEFP. Deverá ainda ser contemplado um alargamento do prazo de vigência do subsídio de desemprego para desempregados com mais de 50 anos e mais de 20 de carreira contributiva.

OUTRAS MEDIDAS

A completar o pacote de medidas, a USI propõe a isenção de IRS e Segurança Social no montante das indemnizações por RMA, extinção de posto de trabalho, despedimento coletivo (pagas a trabalhadores até 1,5 X a remuneração efetiva mensal X antiguidade no setor), a alteração de taxas de referência para os rendimentos em espécie, a criação de legislação que permite a sustentação da Segurança Social, a obrigatoriedade do pagamento eletrónico nos canais de distribuição que não tenham assistência humana direta e imediata e o aumento mínimo no valor de 30 euros para todos os salários, vencimentos e pensões.

A USI - confederação sindical autónoma e independente e umas das três centrais sindicais do país - tem como bandeiras políticas, na sua atividade social e laboral, a ética, a qualidade e seriedade no trabalho sindical, sendo o seu objetivo primordial a intervenção construtiva e responsável na comunidade, privilegiando o diálogo positivo e eficaz na sua relação com todos os agentes da sociedade, nomeadamente os poderes públicos e outros parceiros sociais.

Atualmente, agrega 14 filiados de áreas como a banca, ensino, comércio e serviços, energia, transportes, comunicações e construção civil, saúde, entre outras. A USI tem desenvolvido atividades em todos os setores da chamada economia social, com os Fundos de Pensões, apoio à Terceira Idade, Serviços de Saúde, Mediação de Seguros, etc.

NOTÍCIAS DA ATIVIDADE SINDICAL DOS SINDICATOS FILIADOS NA USI, EM DIVERSOS SETORES DE ATIVIDADE



DA REUNIÃO DA DIREÇÃO EXECUTIVA DO SICOMP, REALIZADA NO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2017

A reunião da Direção Executiva Presidida pelo Presidente da Direção Nacional, **Victor Martins**, realizada dia **11 de outubro de 2017**, analisou com **profundidade** a situação político laboral nas Empresas do Setor das Comunicações e particularmente a recente conflitualidade laboral que tem vindo a acontecer no Grupo PT/MEO/ALTICE, que resulta das medidas da atual gestão, que no nosso entender não salvaguardam devidamente o direito ao trabalho e a segurança no emprego da comunidade laboral.

Tem havido da nossa parte uma intervenção sindical junto da Empresa e dos poderes públicos e institucionais, apresentando propostas concretas, sendo, nomeadamente, a única organização sindical que apresentou uma proposta de alterações ao Código do Trabalho, por forma a impedir “abusos de direito” por parte das entidades empregadoras.

Foi concluído também que a mediatização da Comunicação Social, tem sido utilizada pelo movimento sindical partidário (CGTP e UGT), como uma questão de escolha de gestores empresariais (o PCP e os Sindicatos que controla, defendem, voltando ao PREC de 1975, de que a PT deve ser nacionalizada) uma situação que em democracia pluralista – o menos mau dos regimes, como dizia o grande estadista inglês do século XX, Winston Churchill, vencedor da II Grande Guerra Mundial – não deve ser um papel dos Sindicatos, que são parceiros sociais, e não correias de transmissão partidárias.



O SICOMP desde a sua fundação continua a basear a sua intervenção no Setor das Comunicações com autonomia e independência, procurando consensos laborais e profissionais com todas as Empresas, sejam estas públicas (como a RTP) quer sejam privadas como a PT, os CTT, a NOS, etc...

Consideramos que estes princípios devem ser também respeitados pelos poderes políticos e institucionais.

Foi também aprovado por **unanimidade um Documento**, sobre a atualização salarial anual a apresentar às várias Administrações das Empresas do Setor, propondo um **aumento salarial igual para todos os trabalhadores** abrangidos pelos IRCT, no valor de **€ 30,00**, **proporcionando** a reposição do poder de compra perdido pela comunidade laboral e uma **diminuição do leque salarial, aproximando os salários mais baixos dos mais elevados**.

Quanto à situação laboral e social, verificada nas várias Empresas, a Direção Executiva reafirmou o seu empenho e determinação na defesa dos seguintes princípios: **DEFESA DO DIREITO AO TRABALHO - DEFESA DA SEGURANÇA NO EMPREGO - DEFESA DA CONTRATACÃO COLETIVA - DEFESA DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS - REUNIÕES PERIÓDICAS GESTÃO/SICOMP**.

TRANSPORTES FERROVIÁRIOS

Criado a 27 de Fevereiro de 1993, o Sindicato Nacional dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas foi constituído inicialmente como Federação Nacional dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas, FENTCOP, representando sindicatos dos vários setores de atividade no âmbito da sua representação sindical.



Em 2001, por vontade dos seus associados, alterou os estatutos, especialmente para poder melhor acudir e ultrapassar diversas situações com que uma das áreas sociais e um sindicato de trabalhadores seus filiados, se encontravam confrontados, com discriminações salariais e sindicais, por causa direta e exclusiva da sua filiação sindical, desde os finais dos anos 90, passando a designar-se FENTCOP – Sindicato Nacional dos transportes Comunicações e Obras Publicas.

O FENTCOP é um sindicato vertical, onde se podem filiar todos os trabalhadores de todas as categorias, profissionais pertencentes a várias dezenas de empresas do seu âmbito social, (Transportes, Comunicações, Obras Públicas e Afins).

O FENTCOP reconhece e promove a solidariedade entre todos os trabalhadores, independentemente da sua categoria profissional, religião, raça ou ideologia, como condição e garantia da unidade e do respeito pelas características e condições próprias dos trabalhadores.

O Sindicato tem vindo a intervir em inúmeras iniciativas e tem negociado em várias empresas desde a EMEF, CP, INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, ex CP Carga atual MedRail, Portugal Telecom, CTT e AECOPS entre outras, onde firmou Acordos úteis aos Trabalhadores.

O FENTCOP tem vindo a apostar igualmente na defesa e Valorização dos legítimos interesses dos trabalhadores e especialmente os dos seus associados, a intervir negocialmente em várias Empresas, como recentemente na proposta de AE da IP. Tem vindo a acompanhar também, a evolução no setor das Comunicações e suas especificidades.

Na prossecução dos seus objetivos e com vista à obtenção de resultados, que dessem resposta aos problemas dos Trabalhadores, levou a efeito várias formas de luta incluindo a greve em várias Empresas, umas vezes sozinho outras em cooperação e ou convergência com outras associações sindicais.

Intensificar a intervenção no setor dos transportes, e nas obras públicas por serem os que, no entender do sindicato, apresentam neste momento maiores dificuldades, nomeadamente com a perda de postos de trabalho, regalias sociais e condições de trabalho, entre outras, embora atento às do sector das comunicações.

O Sindicato tem-se também batido, tomando posições para que as condições de acesso à segurança social (tempo de reforma, fórmulas de cálculo, indemnizações, desemprego e outras) possam ser no futuro – nos mesmos montantes e condições tendo em atenção as condições específicas de cada estado membro – de igualdade, setor a setor, com as mesmas regras, evitando-se assim nessas áreas a concorrência desleal, entre profissionais da mesma valência, mas em países diferentes.

O Sindicato vai levar brevemente a efeito uma Assembleia Geral, onde irá discutir e propor à aprovação medidas que visem melhorar a sua descentralização e adequação às novas exigências, para melhor poder responder e acudir às crescentes dificuldades dos trabalhadores.

A USI RECEBE O SITAS - SINDICATO INDEPENDENTE DOS TÉCNICOS AUXILIARES DE SAÚDE



A USI Confederação Sindical, recebeu no dia 19 de outubro de 2017, na sua Sede Nacional uma Delegação, de profissionais, representativos dos Técnicos Auxiliares da Saúde, que estão a constituir um Sindicato Independente, com vista à defesa de uma classe profissional, que conta com cerca de 90.000 ativos na Área da Saúde!

O SITAS será, muito em breve uma realidade, com acompanhamento e integração na USI!

Saudamos a iniciativa destes profissionais, que de uma forma autónoma e independente, decidiram a exemplo de outros Sindicatos que em diversos setores de atividade, tomaram a mesma atitude, não se revendo nos Sindicatos político-partidários que não defendem os interesses sócio-profissionais dos trabalhadores que dizem representar.

ASSESSORIA JURIDICA DA USI

Na sequência dos acontecimentos entretanto surgidos na PT/MEO/ALTICE (Setor das Comunicações), motivados pela aplicação da transferência de trabalhadores ao abrigo da figura da transmissão de estabelecimento – Artº. 295º. e seguintes do Código do Trabalho, a Assessoria Jurídica da USI, através do Dr. Manuel Ramos Lopes em colaboração permanente, com o Presidente da Comissão Executiva, Paulo Marcos, o Secretário Geral, Eduardo Teixeira e com os Sindicatos Filiados, neste caso o SICOMP – Sindicato das Comunicações de Portugal, deu e continua a dar um contributo importante, no acompanhamento deste processo em várias reuniões com as entidades envolvidas (Empresarias e Governamentais).

É de realçar que neste processo, além das Propostas apresentadas na Assembleia da República por vários Grupos Parlamentares, a USI – União dos Sindicatos Independentes, foi a única Confederação Sindical que deu apoio ao SICOMP na elaboração de uma Proposta Autónoma e Independente, que foi apresentada a todos os Grupos Parlamentares.

No dia 20 de Setembro de 2017, nas galerias do Plenário da Assembleia da República, ocorreu a apresentação e discussão, na generalidade, dos 4 projetos de Lei sobre a alteração ao Instituto da Transmissão de empresa ou estabelecimento, consagrado no Código do Trabalho, desde 2003, apresentados (por ordem de entrada nos serviços da AR) pelos Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português, Partido Pessoas – Animais – Natureza e Partido Socialista. Após a votação, projeto a projeto, verificou-se o seguinte resultado: todos os projetos foram aprovados, com os votos a favor de PAN, PEV, PCP, BE e PS, e votos contra do CDS e PSD.

Assim os 4 projetos baixaram à 10ª Comissão Parlamentar – Comissão do Trabalho e Segurança Social, para debate na especialidade, após o que subirá de novo ao Plenário para votação final global.

Aguardamos o desenvolvimento deste processo, que continuaremos a acompanhar atentamente.

USI RECEBIDA PELA NOVA ADMINISTRAÇÃO DA CP – SETOR DOS TRANSPORTES FERROVIÁRIOS

Uma delegação da USI - **Eduardo Teixeira** e **Carlos Vicente**, respetivamente Secretário Geral e Secretário Geral Adjunto e líderes sindicais dos Sindicatos Filiados, **António Angelino** (SNAQ), **Jorge Oliveira** (ASSIFECO) e **Manuel Prates** (FENTCOP), foi recebida no dia 18 de outubro de 2017, na Sede da Empresa, pelo Conselho de Administração, liderado pelo Sr. Presidente, **Dr. Carlos Nogueira**, que tomou posse em 30 de junho de 2017

Nesta reunião, a USI fez a sua apresentação enquanto Confederação Sindical Independente representativa de um conjunto de Sindicatos Filiados, que tem tido uma intervenção sindical autónoma e independente ativa há vários anos nesta Empresa, com base no diálogo e Concertação Social, procurando as melhores soluções para a defesa dos interesses legítimos dos trabalhadores conciliando também a sustentabilidade da Empresa.



O Sr. Presidente agradeceu a presença da Delegação da USI, a baseou a sua intervenção, referindo alguns aspectos da actual situação da Empresa e a sua sensibilidade e preocupação com os Recursos Humanos, considerando estes fundamentais para o desenvolvimento da Empresa.

Quanto à actual situação da Empresa, destacou entre outros os seguintes constrangimentos:

- Dependência financeira da tutela;
- Dívida histórica, que continua a aumentar, devido às taxas de juro bastante elevadas;
- Custos elevados com a energia de tração e taxas de infra-estruturas;
- Demasiados anos sem investimentos na ferrovia;
- Liberalização do Sector, face à directiva comunitária

Quanto a soluções futuras para o desenvolvimento e sustentabilidade da Empresa, referiu-se entre outras às seguintes:

Investimento na Ferrovia

- 1º Trimestre 2018 – Concurso público para fornecimento de material;
- 1º Trimestre 2020 – Lançamento de material circulante;
- Previsto um forte investimento nos Alfas pendulares
- Aposta no Programa Ferrovia 2020, com a electrificação das linhas

Relativamente aos Recursos Humanos, o Sr. Presidente do Conselho de Administração informou da disponibilidade da Empresa, na continuidade e aprofundamento das boas práticas de relações laborais e manifestou a intenção de concluir até final de 2017, o processo de revisão do Regulamento de Carreiras, estando já agendada uma reunião com todas as organizações sindicais para dia 27 de Outubro, para a apresentação técnica da proposta da empresa.

17
NOV.



2º CONGRESSO USI

NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E SEU
IMPACTO NAS ESTRUTURAS SINDICAIS
Lisboa (Cascais - Alcabideche) - 15h

Efetue a sua inscrição para Cristina Martinho pelo email:
cristinamartinho@usi.pt ou por telefone: 213 581 891.



PROGRAMA

14h00 Abertura do II Congresso da USI c/ intervenção de boas vindas do Presidente da Camara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Carreiras

14h15 Assembleia Geral Electiva

15h00 Debate - "As novas formas de Organização do Trabalho no Séc. XXI - impactos na contratação colectiva, no direito laboral, e na Concertação Social"

- Paulo Marcos – Presidente da USI – Confederação Sindical
- Jorge Jordão – Presidente da Confederação dos Serviços
- José Ivo Correia – Presidente do CES Madeira
- Mafalda Troncho – Directora da OIT em Portugal

16h30 Debate e intervenções dos Congressistas

17h45 Pausa - Coffee Break

18h00 Sessão de Encerramento do II Congresso

- Tomada de Posse dos Novos Órgãos Eleitos Quadriénio 2017/2021 (18h00m);
- Intervenção do Presidente da USI (18h20m);
- Intervenção de sua Ex.cia o Sr. Presidente da Republica (18h45m);

19h15 Fim dos Trabalhos do II Congresso nacional

USI - UNIÃO DOS SINDICATOS INDEPENDENTES

Sede : Av. Miguel Bombarda, 61 r/c Dto 1069-175 Lisboa Tele./Fax. 217963583 Email: carlosvicente@usi.pt
Delegações – Norte: Rua Damião de Gois, 216 4050-222 Porto Madeira: Rua da Praia, 29 - 2º Esqº. 9000-503 Funchal
www.usi.pt | usi@usi.pt | www.facebook.com/uniaodossindicatosindependentes